



PROJETO DE LEI N° 2319/2020

Estabelece incentivos para o desenvolvimento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Estado da Paraíba.

Exara-se o parecer pela APROVAÇÃO da matéria.

Parecer pela aprovação - A proposição tem o relevante mérito de enxergar a necessidade de estímulo ao empreendedorismo das mulheres, o qual, sem a introdução de políticas afirmativas, continuará a padecer de dificuldades e de óbices culturais e sexistas para seu pleno desenvolvimento.

AUTOR: Dep. CAMILA TOSCANO

RELATOR (A): Dep. EDMILSON SOARES (redesignado para a Dep. Pollyanna Dutra)

$P A R E C E R N^{\circ}$ 034 /2021

I – RELATÓRIO

A Comissão de Direitos da Mulher recebe, para análise e parecer, o **Projeto de Lei nº 2319/2020,** de autoria da ilustre Deputada Camila Toscano, o qual "Estabelece incentivos para o desenvolvimento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Estado da Paraíba"

A matéria foi objeto de discussão e votação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tendo sido aprovado o parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.





II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa estabelece incentivos que visam o incremento das atividades econômicas lideradas por mulheres.

Dentre os incentivos estabelecidos pela proposta estão: a realização de cursos de empreendedorismo feminino; o fomento à criação de vagas de empregos a serem preenchidas exclusivamente por mulheres; o acesso à linhas de crédito e financiamento específicas às microempreendedoras individuais, pequenas e médias empresas lideradas por mulheres, com prazos de carência maiores, objetivando a criação, manutenção e expansão de seus empreendimentos, dentre outros.

A autora justifica sua propositura, de forma válida, esclarecendo que a presença feminina em diversos setores do empreendedorismo vem aumentando consideravelmente, trazendo mudanças não só para a economia como para a visão de sociedade na qual nos inserimos.

A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se manifestou pela constitucionalidade da proposta legislativa.

Na presente oportunidade, o projeto vem a esta Comissão de Direitos da Mulher, cabendo-nos na qualidade de Relator, apreciá-la quanto aos aspectos definidos no **artigo 31**, inciso VIII, do regimento interno desta casa.

A proposição tem o relevante mérito de enxergar a necessidade de estímulo ao empreendedorismo das mulheres, o qual, sem a introdução de políticas afirmativas, continuará a padecer de dificuldades e de óbices culturais e sexistas para seu pleno desenvolvimento.

Há suficiente interesse público do Estado na instituição de medidas que se proponham a efetivar o postulado da igualdade material constitucionalmente estabelecido, buscando uma maior inserção feminina nas atividades econômicas.





Portanto, do ponto de vista que nos compete analisar, a propositura deve ser acolhida, já que, dentro dos critérios de proporcionalidade, necessidade e razoabilidade, revela-se medida dotada de efetividade que atinge grande número de mulheres paraibanas.

Nestas condições, opino, seguramente, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2319/2020.

É o voto.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2021.

DEP. DRA. JANE PANTA RELATORA





III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Direitos da Mulher, nos termos do Voto da Relatoria, opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2319/2020.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2021.

Presidente

DEPUTADA CIDA RAMOS Membro

Membro

DEP. JANE PANTA Membro DEP. EDMILSON SOARES Membro